

Carne, arroz, mel e lácteos lideram as vantagens imediatas do Acordo Mercosul-UE para o Uruguai

O acordo garantirá ao Uruguai, acesso preferencial total, a um mercado de 450 milhões de consumidores.

De imediato serão eliminadas 70% das tarifas alfandegárias, projetando aumento de 1,5 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB), com cotas específicas e vantagens históricas para os setores produtivos nacional.

Depois de 25 anos de negociações que pareciam intermináveis, o Uruguai se prepara para colher os frutos de um acordo histórico. No próximo sábado, 17 de janeiro, em Assunção, Paraguai, será assinado o pacto que criará a maior zona de livre comércio do mundo, unindo mais de 740 milhões de pessoas.

Para o Uruguai, este tratado representa muito mais do que melhores preços para seus produtos principais, é uma alavanca estratégica para modernizar sua economia, atrair investimentos e reposicionar-se em um cenário global cada vez mais fragmentado.

O fim de uma longa espera: um caminho de 25 anos

As negociações entre a União Europeia (UE) e o Mercosul começaram oficialmente em 1999. Em 2019 foi alcançado um acordo político, mas sua conclusão ficou estagnada durante anos diante das resistências internas na Europa, principalmente do setor agrícola.

O desbloqueio definitivo chegou neste janeiro de 2026, quando o Conselho Europeu deu sua aprovação por maioria qualificada. Dos 27 estados membros, 21 votaram a favor, com França, Polônia, Áustria, Hungria e Irlanda votando contra, e Bélgica se absteve.

A Itália, que inicialmente estava reticente, mudou sua posição depois de obter concessões da Comissão Europeia, incluindo um fundo de compensação de € 45 bilhões para os agricultores e um mecanismo de salvaguarda mais severo.

Benefícios diretos para os setores mais importantes do Uruguai

O acordo eliminará, progressivamente, em torno de 90% das tarifas entre os dois blocos. Para o Uruguai, isto se traduzirá no acesso preferencial para praticamente toda sua oferta exportável.

Os principais benefícios por setor:

Carne bovina (o grande ganhador)

Nova cota tarifária: 99 mil toneladas (54.450 fresca, 44.550 congelada) com tarifa de 7,5%.

Eliminação da tarifa Cota Hilton, que atualmente é de 20%.

Em 2024, o Uruguai pagou entre 10 e 15 milhões de dólares em tarifas somente pela carne dentro da cota Hilton.

Arroz e mel (acesso ampliado)

Serão 60 mil toneladas de arroz livres de tarifas, com queda gradual em 5 anos.

Cota de 45 mil toneladas de mel sem tarifas em 5 anos, começando com 7.500 toneladas. Atualmente paga-se 17,3%.

Lácteos (novas oportunidades)

Serão eliminadas gradualmente, até chegar a zero em 10 anos, as tarifas incidentes sobre as seguintes cotas: 10 mil toneladas de leite em pó; 5 mil toneladas de fórmula infantil; e 30 mil toneladas de queijos (com exceção de muçarela).

Segundo um boletim da Chancelaria do Uruguai, 70% das tarifas alfandegárias desaparecerão imediatamente, ao entrar em vigor o acordo, enquanto as restantes serão eliminadas progressivamente em períodos de 4, 7 e até 10 anos.

Produtos como cítricos, pesca e couros, que haviam perdido preferências em 2014, recuperaram as condições de acesso favoráveis.

Impacto econômico além das tarifas

O chanceler Mario Lubetkin descreveu o acordo como o início de uma “fase de esperança que permitirá crescimento, trabalho e investimentos”. As estimativas preliminares do Ministério da Economia projetam:

- Aumento de 1,5 pontos percentuais do PIB;
- Crescimento de aproximadamente 4% das exportações de bens;
- Aumento de 0,5% do emprego;
- Aumento de 1% do salário real.

Para o ministro Odone, o acordo “favorecerá também a captação de novos investimentos e o aumento da taxa de crescimento potencial da economia do Uruguai”.

Os desafios e as críticas

O acordo não está isento de polêmicas. Na Europa, organizações ambientalistas como Greenpeace advertem que poderá acelerar o desmatamento para produção de carne e soja. Os agricultores europeus protestam pelo que consideram concorrência desleal de produtos sul-americanos com padrões ambientais e trabalhistas menos rigorosos.

Para atender a estas preocupações, o acordo inclui cláusulas de salvaguarda: as importações podem ser suspensas se os preços agrícolas europeus caírem mais de 5% ou se as importações latino-americanas aumentarem na mesma proporção.

A vice-chanceler, Valeria Csukasi reconhece que se reunirão com “trabalhadores, empresas e sociedade civil para conversar sobre os desafios que surgirão com o aumento das importações europeias”.

Próximos passos e projeção

Depois da assinatura, no dia 17 de janeiro, o acordo deve ser ratificado pelo Parlamento Europeu e os Parlamentos Nacionais do Mercosul. Csukasi explica que o acordo entre em vigor da forma “um para um”: se o Uruguai e os países europeus o

ratificarem, ele poderá entrar em vigor sem a necessidade de aguardar a ratificação da Argentina, do Brasil e do Paraguai.

Parlamentares uruguaio já manifestaram seu compromisso de serem os primeiros a aceitá-lo, portanto, no Palácio Santos, espera-se que sua implementação comece ainda este ano.

Além dos números, este acordo representa uma mudança paradigmática para o Uruguai. Num mundo em que os Estados Unidos da América (EUA) intensificaram as suas políticas tarifárias e as cadeias de abastecimento procuram diversificação, o acesso preferencial ao mercado europeu – que representa cerca de 20% do PIB mundial – oferece ao Uruguai uma ferramenta estratégica para o seu desenvolvimento.

Como resume Lubetkin, trata-se de começar a construir uma “verdadeira comunidade de 700 milhões de pessoas” onde o Uruguai pode desempenhar um papel mais significativo no comércio global do que tem desempenhado até agora.

[Acesse aqui a matéria na íntegra](#)

Fonte: La Mañana – Tradução livre: www.terraviva.com.br